



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1266/1993

Que institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA sobre o imóvel situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou que dela venha servir-se.

Art. 2º A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA também incidirá sobre o imóvel constituído por lote ou lote contendo edificações em ou já construídos, porém não consumidores de energia elétrica, situados em logradouro servido de Iluminação Pública ou que dela venha servir-se.

Parágrafo único. O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 4% (quatro por cento) da Unidade Padrão Fiscal do Município por metro quadrado de sua testada.

Art. 3º Observado o disposto no Art. 1º desta lei, cobrar-se-á a TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, mensalmente, calculada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser adotada nos intervalos de classes indicados os percentuais correspondentes:

CLASSES (KWH)	PERCENTUAIS DA TAXA DE I.P.
0 a 30	Isento
31 a 50	1,50
51 a 100	3,00
101 a 200	6,00
201 a 300	9,00
acima de 300	10,00

Art. 4º O produto da taxa, ora criada, constituirá receita destinada prioritariamente a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da Municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoria e ampliação do serviço.

Art. 5º A cobrança da Taxa, relativa ao art. 1º desta lei, poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal, ou por arrecadação junto às contas particulares de consumo de energia, mediante CONVÊNIO, a ser celebrado com a COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, ficando, neste caso, o Poder executivo desde já autorizado a firmar o referido CONVÊNIO.

Art. 6º Realizado o CONVÊNIO, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo pela CEMIG e pela PREFEITURA MUNICIPAL.

§1º A CEMIG apresentará à Prefeitura Municipal, mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante da arrecadação total da TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

§3º O superávit eventual, verificado entre o montante arrecadado da Taxa e o valor da fatura, poderá ser aplicado, pela CEMIG, para quitação parcial ou total de outras faturas subseqüentes relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e ou melhoramento do sistema de Iluminação Pública, e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.

Art. 7º A cobrança da Taxa, referente ao art. 2º desta lei, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os imposto predial e territorial.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1994.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 25 de outubro de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Secretário da Administração